

# PIB potencial: ressurgimento do debate

Gilmar Mendes Lourenço\*

A fase de reativação continuada da economia brasileira, vivida desde o segundo semestre de 2005, paralelamente à diminuição da taxa de juros primária, à insuficiência de investimentos na indústria de insumos básicos e em infra-estrutura e à intransigente manutenção do regime de metas de inflação, por parte do Banco Central (BC), suscitou, nos meios especializados, o reaparecimento do debate acerca do Produto Interno Bruto (PIB) potencial, ou da provável existência de um limite superior para a expansão econômica desprovida de pressões inflacionárias pelo lado da demanda.

É fácil perceber que os elementos determinantes do PIB potencial residem no terreno da oferta do sistema, e estão subordinados aos níveis de importações e de produção doméstica. Por um extremo, as compras externas são afetadas positivamente, ainda que de maneira não instantânea, pelo comportamento das variáveis de conjuntura, especialmente dos juros reais elevados, da taxa de câmbio valorizada e das indicações de abertura comercial. Por outro ângulo, a otimização dos itens domésticos requereria a multiplicação e o rearranjo eficiente dos fatores de produção que, por seu turno, podem ser estratificados em dois eixos: o humano, vinculado à quantidade e qualidade do fator trabalho; e o de capital, constituído pelo ativo fixo reproduzido em máquinas, equipamentos, instalações e estoque e fluxos de infra-estrutura. Em tempos de globalização, tais variáveis estão intimamente atreladas aos ganhos tecnológicos e de gestão das organizações e às inversões em aprimoramento educacional efetuadas na órbita do estado e da iniciativa privada.

Se no passado a medição do PIB potencial constituía tarefa complicada, nos dias atuais as excelentes estatísticas trimestrais e mensais disponibilizadas por entidades oficiais como IBGE, IPEA e BNDES, além daquelas derivadas de inquéritos probabilísticos preparados por instâncias representativas dos empresários, como CNI e FIESP, propiciam a construção de modelos econométricos referenciais, a partir da correlação entre informações de evolução do PIB real, do grau de emprego da capacidade produtiva industrial, da população ocupada, do número de horas trabalhadas, da utilização e/ou comercialização de alguns insumos estratégicos, dentre outras.

Os efeitos desses esforços têm produzido resultados de PIB potencial ao redor de 4,0% ao ano no

Brasil, bastante modestos, quando comparados à média mundial ou aos observados em nações emergentes, e insuficientes para a cobertura do passivo social, acumulado pelo País ao longo de algumas décadas de autoritarismo e/ou descontrolado macroeconômico, e o atendimento das diversificadas e complexas demandas surgidas pós-conquista da redemocratização e da estabilização monetária.

## *A impulsão do PIB potencial brasileiro exigiria o cumprimento de requisitos conjunturais e estruturais de política econômica*

A impulsão do PIB potencial brasileiro exigiria, pelo prisma dos requisitos de curto prazo, a sincronização entre queda nas taxas de juros, depreciação do câmbio, desburocratização e deslocamento do sustentáculo das transações correntes, por meio da minimização do peso dos capitais voláteis e do fortalecimento da presença dos superávits comerciais e dos investimentos diretos estrangeiros.

Já por uma vertente estrutural, as exigências recairiam na melhoria do clima de negócios, assentada no anúncio da disposição de maximização do tripé formado por infra-estrutura, educação e inovação, amparada na formulação e implementação de uma política industrial, na viabilização de mecanismos de financiamento dos investimentos de longa maturação e na compressão do custo do investimento.

Nessa perspectiva, é crucial a diminuição do fardo tributário incidente sobre máquinas, a correção da deterioração infra-estrutural e a minimização do risco apagão e a ampliação de programas de qualificação de mão-de-obra adaptados às exigências e especificações dos mercados.

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

A idéia de constituição de um fundo soberano em reservas estrangeiras, destinado a neutralizar e/ou reverter a tendência de (ou os efeitos da) sobrevalorização do real, só seria exequível em condições de ausência de déficit público nominal, o que afastaria a possibilidade de ocorrência da contrapartida perversa representada pela elevação do endividamento público a custos superiores à provável remuneração dos recursos apartados.

A par disso, parece razoável priorizar o ajuste fiscal permanente, por meio da concatenação entre racionalização dos dispêndios públicos (correntes e financeiros), compressão do fardo tributário, principalmente dos encargos trabalhistas, e instituição da progressividade e da simplificação na arrecadação de impostos, de forma a resgatar e preservar o poder de compra das classes sociais menos favorecidas.